PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

(Do Sr. DAGOBERTO NOGUEIRA)

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), criando o Cadastro Nacional de Habilitação para Ligações de Televendas e proibindo a realização de chamadas destinadas a promover a comercialização de serviços de telecomunicações para usuários não inscritos no Cadastro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências", passa a vigorar acrescida do seguinte art. 38-A:

"Art. 38-A. Fica criado o Cadastro Nacional de Habilitação para Ligações de Televendas, composto pelos códigos de acesso telefônico dos usuários de serviços de telefonia que manifestarem interesse em receber chamadas telefônicas destinadas a promover a venda de serviços de telecomunicações.

- § 1º O Cadastro será criado, operacionalizado, mantido e atualizado pelo órgão regulador dos serviços de telecomunicações, que zelará pela proteção dos dados pessoais nele contidos, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- § 2º A prestadora de serviço de telecomunicações, diretamente ou por meio de terceiros, que efetuar chamada telefônica para código de acesso não inscrito no Cadastro será submetida às penalidades de que trata a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 Lei Geral de Telecomunicações.





§ 3º A inscrição e o cancelamento da inscrição no Cadastro serão realizados de forma gratuita e a qualquer tempo pelo usuário, mediante a apresentação de documentação que comprove o vínculo entre o solicitante e o código de acesso." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A democratização do acesso às redes de telefonia móvel foi acompanhada pela emergência dos serviços de *telemarketing*. No entanto, o uso indiscriminado dos recursos de televendas transformou-se em verdadeiro transtorno para os usuários, que hoje se veem obrigados a lidar com o crescimento descontrolado do número de ligações indesejadas, não raro recebidas de forma reiterada e em horários inadequados.

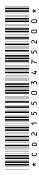
No intuito de mitigar a proliferação dessa prática, em 2019 as grandes empresas de telefonia em operação no País lançaram o serviço "Não me perturbe", destinado a manter uma lista de assinantes que manifestassem interesse em não receber chamadas destinadas a promover a venda de serviços de telecomunicações.

Embora seus primeiros resultados tenham se revelado animadores, com o passar do tempo, a iniciativa deixou de produzir os efeitos que dela se esperava. Não por acaso, este ano o IDEC e a própria Anatel reconheceram a ineficácia da ferramenta fornecida pelas empresas¹, tendo em vista o incremento do número de queixas registradas junto aos órgãos de defesa do consumidor contra o recebimento de ligações de *telemarketing*.

Um dos principais motivos apontados para o insucesso dessa iniciativa decorre da inexistência de dispositivos legais que inibam o descumprimento das regras estabelecidas no código de conduta criado pelas prestadoras. Além disso, para que o modelo disponha de maior efetividade,







instituições como o IDEC alegam que a sistemática empregada deve se basear não em um cadastro negativo de assinantes, como ocorre hoje, mas em uma lista de usuários que demonstrem previamente o interesse em receber chamadas de *telemarketing*². De acordo com o modelo defendido pela entidade, as ligações efetuadas para promover ações de vendas só poderiam ser destinadas aos consumidores que efetivamente estivessem dispostos a receber informações sobre os bens e serviços ofertados, respeitando-se, portanto, o direito dos demais usuários de não serem importunados com o recebimento de ligações indesejadas.

Sob a inspiração dessa proposta, elaboramos o presente projeto de lei com o objetivo de determinar a criação do Cadastro Nacional de Habilitação para Ligações de Televendas, composto pelos usuários de telefonia que manifestarem interesse em receber chamadas destinadas a promover a venda de serviços de telecomunicações. Em complemento, a proposição veda a realização de ligações de *telemarketing* para assinantes não inscritos no Cadastro, sob pena da aplicação das penalidades previstas na Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472/97), em caso de descumprimento dessa determinação.

A iniciativa, ao mesmo tempo em que preserva o direito das operadoras de promover ações de *marketing* por meio dos serviços de telefonia, também estabelece um instrumento efetivo de proteção do consumidor, evitando, assim, que os usuários sejam submetidos a uma rotina de aborrecimentos e desassossego com o recebimento de ligações inoportunas.

Desse modo, considerando a importância da matéria, solicitamos o apoio dos eminentes Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputado DAGOBERTO NOGUEIRA

2021-16725



² Informação disponível no endereço eletrônico https://www.mobiletime.com.br/noticias/27/09/2021/naome-perturbe-e-ineficaz-diz-coordenador-do-idec/, acessado em 8/10/21.